



PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

# Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 14<sup>a</sup> Legislatura

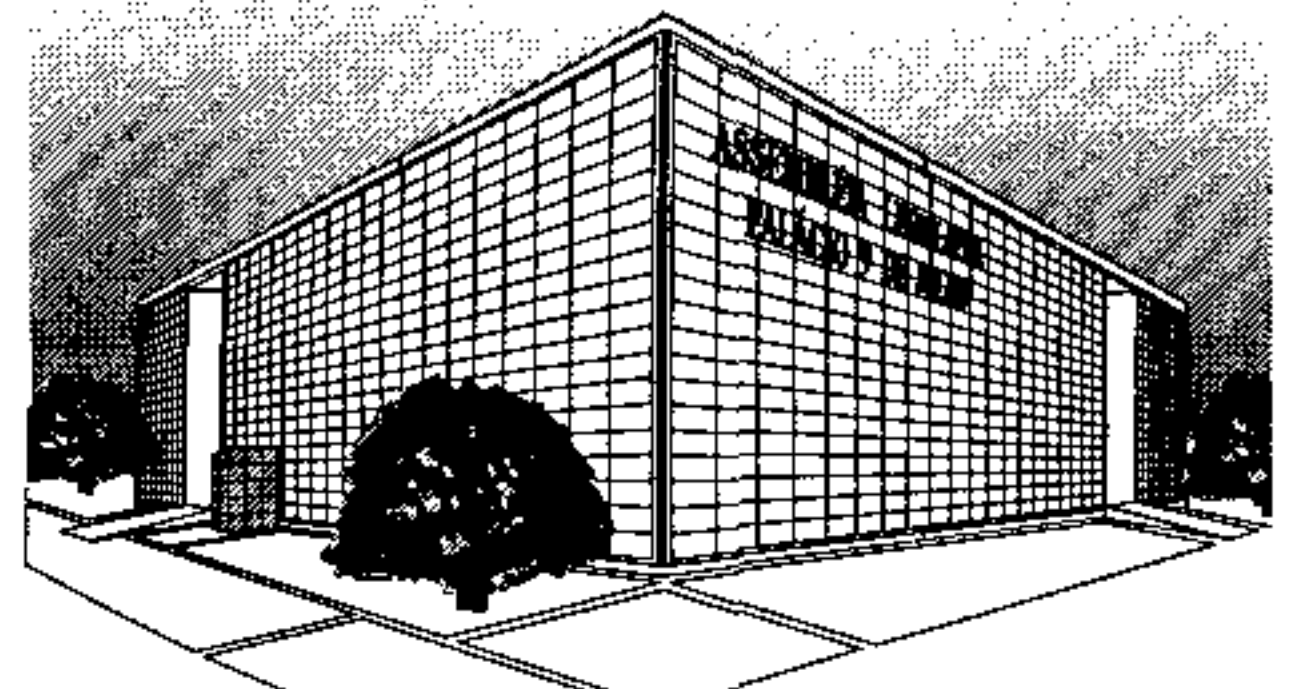
Presidente: Vanderlei Macris

1<sup>o</sup> Secretário: Roberto Gouveia  
2<sup>o</sup> Secretário: Paschoal Thomeu

3<sup>o</sup> Secretário: Roque Barbieri  
4<sup>o</sup> Secretário: Eduardo Soltur

1<sup>o</sup> Vice-Presidente: Sidney Beraldo  
2<sup>o</sup> Vice-Presidente: Lobbe Neto

PODER LEGISLATIVO



PALÁCIO NOVE DE JULHO - Av. Pedro Álvares Cabral, 201  
CEP 04097-900 - F: 3886-6122 - http://www.al.sp.gov.br

http://www.imprensaoficial.com.br

Volume 111 • Número 48 • São Paulo, quarta-feira, 14 de março de 2001

## RESOLUÇÕES

### Resolução nº 811, de 13 de março de 2001

Cria a Comissão Permanente de Assuntos Internacionais e dá providências correlatas

(Projeto de Resolução nº 20, de 2000)

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da X Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1<sup>o</sup> - Os artigos 30 e 31 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, ficam acrescidos do seguinte inciso e parágrafo:

"XXII - de Assuntos Internacionais, com 11 membros."

§ 22 - A Comissão de Assuntos Internacionais compete opinar sobre proposições e temas relativos aos assuntos internacionais; fomentar a integração das representações consulares, sediadas no Estado, com a população paulista; implementar programas e gerar ações conjuntas com os Poderes Legislativos de âmbito estadual ou regional dos países do Mercosul, tendo em vista um fim comum; apoiar iniciativas que promovam entendimentos e intercâmbios com outros países, em especial os de língua portuguesa, bem como com organizações com atuação internacional; divulgar as iniciativas do Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos; acompanhar o cumprimento de Tratados, Convenções e Acordos Internacionais no âmbito do Estado; apoiar processos de integração globalizada; desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à preservação da história, memória e influências culturais das nações.

Artigo 2<sup>o</sup> - O § 4<sup>o</sup> do artigo 90 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 90 -

§ 4<sup>o</sup> - Não será de qualquer modo subvencionada viagem de Deputado ao exterior, salvo em missão oficial pela Comissão de Assuntos Internacionais."

Artigo 3<sup>o</sup> - O artigo 14, inciso II, fica acrescido da seguinte alínea:

"Artigo 14 -

II -

1) autorizar viagem prevista no § 4<sup>o</sup> do artigo 90."

Artigo 4<sup>o</sup> - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 782, de 27 de junho de 1997 e o inciso II do artigo 1<sup>o</sup> da Resolução nº 808, de 18 de outubro de 2000.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 13 de março de 2001.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente  
a) Roberto Gouveia - 1<sup>o</sup> Secretário  
a) Paschoal Thomeu - 2<sup>o</sup> Secretário

- Que a elaboração, pelos parlamentares, de pareceres e proposições já se dá por meio eletrônico e que a Assembléia Legislativa também dispõe de um programa denominado "Autor Elabora", integrante do Sistema de Processo Legislativo (SPL), que permite a feitura e o envio de proposições à Mesa para posterior publicação no "Diário da Assembléia", também por meio eletrônico, tendo como origem os microcomputadores localizados nos próprios gabinetes parlamentares;

- Os benefícios advindos destas rotinas, notadamente a) a fidedignidade absoluta do documento enviado à publicação, que não será digitado de novo, mas impresso na forma originariamente apresentado; b) agilidade nas publicações; c) qualidade no serviço a ser prestado;

#### Determina:

Artigo 1<sup>o</sup> - A protocolização de proposições pelos parlamentares continuará sendo feita em papel, perante o "Protocolo da Mesa", em observância ao artigo 114 da X Consolidação do Regimento Interno e demais fins regimentais.

§ 1<sup>o</sup> - Para efeito de publicação no "Diário da Assembléia", as proposições de autoria parlamentar deverão ser enviadas à Mesa por intermédio do programa "Autor Elabora", do Sistema do Processo Legislativo - SPL.

§ 2<sup>o</sup> - As proposições de autoria do Governador do Estado, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral de Justiça deverão ser acompanhadas de disquete contendo o inteiro teor, em meio eletrônico, da mensagem remetida em papel.

Artigo 2<sup>o</sup> - Os prazos para que os autores se adaptem ao disposto no § 1<sup>o</sup> do artigo anterior são os constantes do Anexo I deste Ato.

Artigo 3<sup>o</sup> - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa, em 13 de março de 2001.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente  
a) Roberto Gouveia - 1<sup>o</sup> Secretário  
a) Paschoal Thomeu - 2<sup>o</sup> Secretário  
ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 2<sup>o</sup> DO ATO Nº 2, DE 2001, DA MESA

Proposição	Data
Projeto de lei	31 de março de 2001
Projeto de lei Complementar	31 de março de 2001
Proposta de Emenda à Constituição	30 de maio de 2001
Projeto de Resolução	30 de maio de 2001
Projeto de Decreto Legislativo	30 de maio de 2001
Moção	30 de maio de 2001
Indicação	30 de maio de 2001
Requerimento	30 de maio de 2001
Emenda	30 de maio de 2001

## ORDEM DO DIA

### 14 DE MARÇO DE 2001 25<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

#### Proposições em Regime de Urgência

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 0676, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 29 emendas. Parecer nº 153, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 4 a 29, e contrário às demais. Pareceres nºs 154 e 155, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 8, 20, 21, 22, 25 e 29, e contrário às demais. Com 29 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da IX Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2000, (Autógrafo nº 24674), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e o Poder Executivo a instituir entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 40, de 2000, (Autógrafo nº 24837), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Estabelece critérios para a promoção de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Parecer nº 144, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 74, de 2000, (Autógrafo nº 24851), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Cria a Microregião do ABCDMR, com sede em São Bernardo do Campo. Parecer nº 124, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 79, de 2000, (Autógrafo nº 24843), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério. Parecer nº 125, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 80, de 2000, (Autógrafo nº 24844), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério. Parecer nº 126, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 1995, (Autógrafo nº 24500), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Institui o cartão magnético para veículos automotores, no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 521, de 1995, (Autógrafo nº 24254), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Dispõe sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer nº 381, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Regulamenta o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2<sup>o</sup> Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 914, de 1995, (Autógrafo nº 24467), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Dispõe sobre a criação do Terminal do Cidadão. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 948, de 1995, (Autógrafo nº 24846), vetado totalmente, de autoria do deputado Daniel Marins. Dispõe sobre o registro e funcionamento de estabelecimentos de ensino e prática de modalidades esportivas. Parecer nº 150, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de Lei nº 57, de 1996, (Autógrafo nº 24586) vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Obriga as transportadoras que realizam serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros a identificar os seus usuários. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 354, de 1996, (Autógrafo nº 24589), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Julião. Dispõe sobre o uso das praias públicas. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 398, de 1996, (Autógrafo nº 24489), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Estabelece pensão mensal vitalícia às pessoas vítimas de violência e despreparo policial. Parecer nº 255, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 486, de 1996, (Autógrafo nº 24069), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer nº 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 550, de 1996, (Autógrafo nº 24505), vetado parcialmente, de autoria do deputado Paulo Teixeira. Institui o Cadastro Estadual de Inadimplentes Sociais. Parecer nº 256, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 710, de 1996, (Autógrafo nº 23980) vetado parcialmente, de autoria da Comissão do Meio Ambiente. Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres nºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e do Meio Ambiente, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 110, de 1997, (Autógrafo nº 24484), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Cria o Programa de Crédito para Compra de Terra para construção de habitação popular. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 123, de 1997, (Autógrafo nº 24066), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer nº 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 150, de 1997, (Autógrafo nº 23765), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer nº 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 279, de 1997, (Autógrafo nº 24366), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer nº 934, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 304, de 1997, (Autógrafo nº 24470), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Proíbe a comercialização de pneus importados seminovos ou meia-vida reconicionados ou Reformados no Estado. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 342, de 1997, (Autógrafo nº 24499), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Dispõe sobre a contratação e a prestação do trabalho externo de presos, em cumprimento de pena privativa da liberdade, sob regime semi-aberto. Parecer nº 666, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 366, de 1997, (Autógrafo nº 24486), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de programa de atendimento a crianças e adolescentes dependentes de drogas (drogaditos). Parecer nº 660, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 424, de 1997, (Autógrafo nº 24439), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Dispõe sobre a criação de central de divulgação e informação sobre concursos públicos. Parecer nº 97, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 546, de 1997, (Autógrafo nº 24277), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Dispõe sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer nº 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2<sup>o</sup> às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3<sup>o</sup>, 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2<sup>o</sup>. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 1997, (Autógrafo nº 24479), vetado totalmente, de autoria do deputado Márcio Araújo. Dispõe sobre obrigações ao fornecedor que remeter, individualmente, o consumidor a protesto cartorário. Parecer nº 290, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 791, de 1997, (Autógrafo nº 24877), vetado parcialmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Dispõe sobre medidas a serem adotadas na prevenção e combate às inundações. Parecer nº 145, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 73, de 1998, (Autógrafo nº 24466), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Poder Executivo a cancelar, administrativamente, a Inscrição Estadual de toda e qualquer empresa que exigir a realização de teste de gravidez e apresentação de atestado de laqueadura para o acesso das mulheres ao trabalho. Parecer nº 275, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 99, de 1998, (Autógrafo nº 24506), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Institui o Programa Estadual de Saúde Auditiva. Parecer nº 232, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 137, de 1998, (Autógrafo nº 24855), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto Calvo. Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas a realizarem exame de sangue em seus funcionários para constatação de distúrbios de taxas de gordura (colesterol-frações e triglicérides). Parecer nº 127, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6<sup>o</sup> da Constituição do Estado).

## ATOS

### Ato nº 2, de 13 de março de 2001, da Mesa

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e considerando:

- Os investimentos efetuados para implementação do Sistema do Processo Legislativo - SPL, a aquisição de novos microcomputadores para os gabinetes parlamentares, a expansão dos pontos de rede de computadores;

- A necessidade de a Assembléia Legislativa acompanhar os avanços tecnológicos na área gráfica, implementados pela Imprensa Oficial do Estado - IMESP, encarregada da publicação dos atos oficiais do processo legislativo estadual;

## SUMÁRIO

Resoluções	1
Atos	1
Ordem do Dia	1
Pauta	3
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Comissões	5
Debates	6
Propunçamentos de Sessões Anteriores	—
Atos Administrativos	11
TRIBUNAL DE CONTAS	12

Este caderno, com 16 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.